



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA N.º 1/2017/CODIR/IFTO, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

Ata da primeira reunião extraordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Ao dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezessete, com o início das atividades às oito horas e trinta minutos, no Auditório I da Reitoria do IFTO, situada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, conjunto 1, lote 8, na cidade de Palmas-TO, reuniu-se, sob a presidência do magnífico reitor Francisco Nairton do Nascimento, o Colégio de Dirigentes – Codir –, composto pelo reitor como presidente; pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais dos *campi* e pelos diretores dos *campi* avançados do IFTO. Foi registrada a presença dos seguintes membros: pró-reitor de Administração Rodrigo Soares Lelis Gori; pró-reitor de Desenvolvimento Institucional Danilo Gomes Martins; pró-reitor de Ensino Ovídio Ricardo Dantas Júnior; pró-reitora de Extensão Paula Karini Dias Ferreira Amorim; pró-reitor de Pesquisa e Inovação Augusto Cesar dos Santos; diretor-geral do *Campus* Araguaína, Cristiano Fernandes Mateus; Francisco de Assis Amaral, em substituição ao diretor-geral do *Campus* Araguatins, Décio Dias dos Reis; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Dianópolis, Jonas Reginaldo de Britto; diretor-geral do *Campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva; diretor-geral do *Campus* Palmas, Octaviano Sidnei Furtado; diretor-geral do *Campus* Paraíso do Tocantins, Antonio da Luz Junior; Mirian Peixoto Soares da Silva, em substituição à diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso, Juliana Ferreira de Queiroz; diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, Valquires Martins de Santana; diretor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, Demis Carlos Ribeiro Menezes. Registrou-se também, no turno vespertino, a presença da diretora de Gestão de Pessoas Maria Edileuza Ferreira de França. O presidente conferiu o quórum, cumprimentou os dirigentes e declarou aberta a reunião. Inicialmente procedeu-se à consideração da ata redigida no último encontro, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se para o informes. Nairton informou que já foi constituída comissão responsável pelo relatório de gestão 2016. Segundo Nairton, o Consup solicitou que, neste ano, seja realizado um relato das ações de cada *campus*. Assim, o presidente do Codir pediu que os gestores deem prioridade às solicitações da equipe responsável pelo relatório de gestão. Em seguida, Nairton pediu agilidade na elaboração do regimento interno dos *campi*. Quanto à atualização de banco de Técnicos Administrativos – TAEs – e docentes, Nairton disse que há necessidade de compor uma comissão para elaborar o regulamento com as diretrizes acerca da concessão de banco e alteração de regime de trabalho. Segundo Nairton, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec – orienta que, não havendo demanda para o intérprete de libras em determinado *campus*, ele deverá ser removido para o *campus* onde haja a demanda, a fim de que seja atendida a legislação. O presidente do Codir expôs que o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif – defende mudanças na

39 legislação, com o fim de possibilitar a contratação temporária de profissionais. Nairton
40 também expôs sua preocupação com as remoções por motivo de saúde, principalmente
41 aquelas realizadas por servidores do *Campus* Dianópolis, que tem perdido muitos
42 servidores e, por outro lado, não tem tido direito à reposição. Na oportunidade, Paulo
43 Hernandez disse que está perdendo dois servidores em razão de acompanhamento de
44 cônjuge. Paulo confirmou ter recebido da Procuradoria Federal junto ao IFTO a análise
45 quanto ao documento que trata da atuação de professor voluntário. Paulo disse que, tão
46 logo realizadas as adequações necessárias, encaminhará o referido documento para
47 apreciação do Codir. Augusto César disse que foi recebido o recurso para a pesquisa no
48 ano de 2017, e apresentou uma proposta de divisão de bolsas, considerando que houve
49 redução de recursos em relação ao ano de 2016. Antonio sugeriu a alteração do
50 regulamento de pesquisa, visto que a unidade não pode lançar edital de pesquisa com
51 recursos próprios, diferente, pois, do regulamento de extensão, que possibilita o
52 lançamento do edital. Ante essa observação, os dirigentes acordaram propor uma
53 alteração no regulamento que trata da pesquisa. Augusto disse que o objetivo é lançar o
54 edital até o mês de abril do corrente ano. Paula Karini expôs que alguns Institutos Federais
55 dividem bolsas de inovação e de extensão. Assim, Paula pediu que seja verificada a
56 possibilidade de viabilizar a extensão no âmbito dos programas de pesquisa e inovação.
57 Augusto disse que, a princípio, a proposta abrange uma bolsa para projetos de inovação e
58 duas para intervenção tecnológica. Os dirigentes acordaram que a Pró-reitoria de Pesquisa
59 e Inovação enviará proposta de bolsas para os e-mails dos gestores, a fim que sejam
60 emitidas sugestões e realizadas as adequações pertinentes. Marcelo Terra comunicou que,
61 no próximo domingo, o *Campus* Gurupi realiza seletivo para os cursos novos do *campus*,
62 e destacou que há cerca de mil candidatos inscritos. Em sequência, Paula Karini pediu para
63 adotar a mesma metodologia adotada por Augusto quanto à divisão de bolsas, de modo
64 que seja uma bolsa para cada unidade, e as demais lançadas em ampla concorrência,
65 proposta acolhida pelos membros do Codir. No ponto 3, Paula Karini apresentou um
66 resumo do Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira do IFTO – Inafro.
67 Segundo Paula, o evento foi produtivo, razão por que espera o apoio do Codir para
68 realização de uma próxima edição, em outra unidade do IFTO. Na sequência, Paula
69 apresentou o relatório do 3º Ifestival, com o número de atrações culturais, cento e vinte e
70 duas, e o número de alunos participantes. Paula também apresentou o relatório dos
71 investimentos realizados. Na sequência, Paula apresentou a proposta de diretrizes para a
72 realização do 4º Ifestival, a ocorrer na cidade de Gurupi. Paula expôs a proposta de
73 cronograma do evento, com o prazo para a realização das etapas locais e inscrições das
74 atrações selecionadas. Propõe-se que o evento seja realizado nos dias 8 e 9 de junho de
75 2017. Nairton pediu que a divulgação do 4º Ifestival fique a cargo da Coordenação de
76 Comunicação e Eventos. Quanto à realização da próxima Jornada de Iniciação Científica e
77 Extensão – Jice –, há a proposta de que ocorra integrada ao Inova Gurupi, evento que é
78 realizado todos os anos na cidade tocantinense. Augusto disse que foi a Gurupi se reunir
79 com servidores do *campus* e organizadores do Inova Gurupi para analisar a viabilidade da
80 Jice integrada a esse evento. A representante do Inova Gurupi se comprometeu a
81 compartilhar a proposta com os demais responsáveis pelo evento. Se concretizar o
82 proposto, a Jice será realizada no Parque do Povo. Augusto pontuou que pode haver
83 dificuldade por conta do forte calor no local. Ainda assim, aguarda uma resposta dos
84 organizadores do Inova Gurupi, para que, então, seja decidido se os eventos ocorrerão de
85 forma conjunta no mês de outubro. Paula Karini ratificou o pedido para que os gestores
86 informem as datas dos eventos a serem realizados em suas respectivas unidades durante o
87 ano de 2017. Na oportunidade, Nairton pediu que cada gestor analise as ações e os
88 recursos disponíveis para sua realização. No ponto 2, Orçamento 2017, Gori disse que
89 havia a previsão de redução do valor a ser definido na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Contudo, foi aprovada a proposta apresentada anteriormente, no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA. Gori pediu atenção dos gestores quanto à aplicação dos recursos de forma planejada, com vistas à sua otimização. Em seguida, Gori apresentou duas propostas de divisão de orçamento para a assistência estudantil, com base no montante de R\$7.480.791,00 (sete milhões quatrocentos e oitenta mil setecentos e noventa e um reais). Desse valor, R\$533.344,00 (quinhentos e trinta e três mil trezentos e quarenta e quatro reais) já estão determinados para os alunos do Regime de Internato Pleno – RIP. A primeira proposta, subtraído o valor destinado aos alunos do RIP, baseia-se no número de alunos com matrícula presencial; IDH do município-sede do *campus*; fração-unidade; fração unidade normalizada; orçamento PNAE; piso-Reitoria; orçamento de ações complementares RIP; orçamento PNAE – distribuição; fração IDH – orçamento. Com base nessa proposta, os *campi* receberiam os seguintes valores: *Campus* Araguaína, R\$549.598,20; *Campus* Araguatins, R\$1.794.966,74; *Campus* Colinas do Tocantins, R\$510.144,32; *Campus* Dianópolis, R\$339.317,71; *Campus* Gurupi, 297.162,29; *Campus* Palmas, R\$1.838.108,99; *Campus* Paraíso do Tocantins, R\$628.606,40; *Campus* Porto Nacional, R\$664.100,06; Reitoria R\$250.000,00; *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, R\$187.433,02; *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, R\$184.801,79; *Campus* Avançado Pedro Afonso, R\$236.551,47. Já a segunda proposta considerou os seguintes pontos: Ação 20 RL – funcionamento; ação 4572 – capacitação; percentual de participação em ações; total do orçamento da ação PNAE; disponibilidade do orçamento por unidade; piso da Reitoria; orçamento de ações complementares RIP. Com base nessa segunda proposta, os *campi* receberiam os seguintes valores: *Campus* Araguaína, R\$496.757,71; *Campus* Araguatins, R\$1.962.464,91; *Campus* Colinas do Tocantins, R\$309.797,32; *Campus* Dianópolis, R\$368.069,71; *Campus* Gurupi, R\$382.431,60; *Campus* Palmas, R\$2.153.117,32; *Campus* Paraíso do Tocantins, R\$651.953,99; *Campus* Porto Nacional, 456.046,45; Reitoria, R\$250.000,00; *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, R\$144.574,33; *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, R\$140.438,10; *Campus* Avançado Pedro Afonso, R\$165.139,55. Jonas de Britto defendeu uma terceira proposta, que consideraria os critérios da primeira proposta, mas levaria em consideração o número de alunos matriculados em 2017. Paulo pontuou que a proposta de Jonas é preocupante porque gestores que se esforçaram no passado podem, talvez, sair perdendo nesta proposta. Paulo sugeriu somar os valores das duas propostas e dividi-los por dois, a fim de encontrar uma média. Antonio da Luz pediu aos gestores que analisem a real finalidade da aplicabilidade dos recursos do Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Segundo Antonio, pela segunda proposta, as unidades que recebem mais recursos são as que receberiam maior verba do PNAE, o que torna ilógica tal proposta. Antonio sugeriu considerar a primeira proposta; contudo, considerando que quanto menor o IDH maior deverá ser o recurso. Gori simulou duas novas propostas, uma com base na proposta de Paulo, e outra com base na proposta de Antonio. Segundo Antonio, desde que se considere que o menor IDH resultará em mais recursos, a primeira proposta apresentada por Gori se revela como a que melhor se adapta aos objetivos do PNAE. Por outro lado, Antonio disse concordar com a proposta de Paulo Hernandez, desde também que se altere a perspectiva quanto ao IDH. Octaviano defendeu que seja mantido, no mínimo, o valor utilizado no ano de 2016, e que o valor excedente fique com os *campi* em consolidação. Gori lembrou que alguns *campi* perderam recursos na LOA devido à redução do número de alunos em 2016. Em seguida, foi sugerido que, com base na segunda proposta apresentada por Gori, os atuais valores dos *campi* Palmas e Araguatins sejam substituídos pelos valores aplicados no ano de 2016, e o valor restante que seria atribuído neste ano de 2017 seja dividido entre os *campi* Colinas do Tocantins e Avançado Pedro Afonso. Paulo pediu que os gestores garantam o aumento do número de matrículas, de modo a garantir mais recursos. No ponto 6, que trata da metodologia do

Plano Anual de Atividades Institucionais – PAAI –, William Dias apresentou a proposta de metodologia, explicando que tomou como base os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Segundo William, os servidores terão vinte dias para postar suas opiniões no sistema do PAAI 2017, que está disponível no Suap. Posteriormente, os chefes dos setores acessarão o sistema para analisar as sugestões correlatas aos seus setores. Gori sugeriu que houvesse um filtro nas unidades, a fim de que as sugestões sejam encaminhadas diretamente ao setor responsável pela demanda, não sendo necessário, pois, que todas as demandas cheguem à direção. Antonio pontuou que considera complicado aplicar essa mudança, pois tudo passa pela direção da unidade. Ovídio sugeriu não utilizar filtros, para que haja sucesso na consulta aos servidores. Discutidos esses pontos, os dirigentes acordaram não haver filtros para envio das sugestões. Na oportunidade, William expôs que já há pedido de alteração do PDI quanto à oferta de curso. Assim, William questionou se há mais *campi* com demandas semelhantes. Para formalizar tal questionamento, acordou-se que será enviado às unidades memorando solicitando que os gestores informem possível demanda por alteração quanto à oferta de cursos registrada no PDI. No ponto 4, Assentamento funcional digital, a diretora de Gestão de Pessoas Edileuza França expôs que, desde 1º de julho de 2016, os setores de Gestão de Pessoas deveriam fazer uso do armazenamento digital, que é similar ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Edileuza explicou que, até 2018, todo o assentamento dos servidores deve ser digitalizado. Edileuza disse que está estabelecendo uma parceria de trabalho com a Pró-reitoria de Administração com vistas a promover licitação para contratação de empresa responsável pela digitalização das informações. Edileuza pediu que, quando houver treinamento para uso do sistema, os gestores enviem servidores para capacitação. No ponto 5, Seminário de Gestão de Pessoas, Edileuza disse que estava previsto sua realização em maio; no entanto, alguns gestores da área pediram que o seminário seja realizado em um dos *campi*, e não na Reitoria. As sugestões apontaram os *campi* Araguatins, Dianópolis e Colinas do Tocantins, como possíveis sedes do seminário. Os dirigentes acordaram a realização do seminário em Colinas do Tocantins. No ponto 7, definição de áreas do concurso para professor, Edileuza explicou que há vagas para concurso; no entanto, tais vagas precisam inicialmente ser ofertadas por meio de concurso de remoção. Edileuza destacou que há urgência quanto à definição dos servidores que serão removidos para essas vagas. Edileuza disse que hoje foi publicada a lista dos interessados na remoção. Os dirigentes acordaram fazer concurso com as vagas ociosas, e não realizar concurso de redistribuição. O ponto 8, minuta de Instrução Normativa para descarte de acervo bibliográfico, surgiu, segundo Ovídio, da solicitação de servidores dos *campi*, com vistas a obter orientação para proceder ao descarte de livro didático. Elaborada, a minuta foi encaminhada para análise e sugestão da comunidade. Ovídio destacou o art. 7º da minuta, o qual estabelece a criação de comissão local com no mínimo quatro servidores. No ponto 10, que trata do processo seletivo unificado, Ovídio disse que a ideia inicial era apresentar nesta reunião um relatório final sobre o seletivo, incluindo os recursos despendidos. No entanto, em razão de os pagamentos de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC – não terem ainda sido finalizados, não foi possível concluir o relatório, que, tão logo concluído o processo de GECC, será disponibilizado aos gestores. Na oportunidade, Ovídio antecipou que, em geral, o resultado dos trabalhos foi positivo. Paulo Hernandez defendeu que o IFTO continue a adotar o seletivo unificado. No ponto 9, retribuição por titulação, Edileuza disse que encaminhou às comissões permanentes de pessoal docente e às direções-gerais dos *campi* informações sobre um acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU –, o qual fora encaminhado pelo Ministério do Planejamento, que proíbe a concessão de retribuição por titulação por meio de declaração. Segundo o acórdão, a retribuição por titulação só pode ocorrer mediante apresentação do diploma. Edileuza disse que fará um levantamento dos

servidores que recebem por Reconhecimento de Saberes e Competências e por titulação, mas que não apresentaram diploma. Tais servidores serão notificados a apresentar o diploma em prazo de aproximadamente cento e oitenta dias. Caso não o façam, o pagamento do benefício será suspenso. Quanto ao concurso de remoção, Deine Danielle, presidente da Comissão Permanente de Remoção do IFTO, informou que a comissão recebeu e-mails de servidores que informaram a ausência de seus nomes na publicação de documentos referentes ao concurso. Danielle explicou que assim ocorreu porque esses servidores não assinalaram sua área de atuação. Segundo Danielle, a comissão considera mais viável fazer a correção do documento publicado. Os dirigentes, por sua vez, acordaram reabrir o prazo de inscrições. Antonio propôs discutir a realização dos jogos dos servidores neste ano. Lilissanne disse que tal ponto deve mesmo ser analisado, visto que compete ao *Campus* Porto Nacional sediar a próxima edição dos jogos, mas a unidade, embora conte com espaço adequado, não dispõe de material esportivo suficiente, nem de arbitragem. Gori disse que a arbitragem é escolhida por meio de processo licitatório, com saldo de empenho. Quanto ao material esportivo, Gori sugeriu que os *campi* compartilhem-no. Discutidos tais assuntos, o presidente do Colégio de Dirigentes do IFTO, Francisco Nairton do Nascimento, encerrou a reunião agradecendo a presença e a participação de todos, e eu, Quenizia Vieira Lopes, secretária do Colégio de Dirigentes, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.



Documento assinado eletronicamente por **Quenizia Vieira Lopes, Secretária**, em 22/02/2017, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Hernandes Goncalves da Silva, Diretor-geral**, em 22/02/2017, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Fernandes Mateus, Diretor-geral**, em 22/02/2017, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cesar dos Santos, Pró-reitor**, em 22/02/2017, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Junior, Diretor-geral**, em 22/02/2017, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Reginaldo de Britto, Diretor-geral**, em 22/02/2017, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Gomes Martins, Pró-reitor**, em 22/02/2017, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Servidora**, em 22/02/2017, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilissanne Marcelly de Sousa, Diretor-geral**, em 22/02/2017, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ovidio Ricardo Dantas Junior, Pró-reitor**, em 22/02/2017, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Soares Lelis Gori, Pró-reitor**, em 22/02/2017, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves Terra, Diretor-geral**, em 22/02/2017, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valquires Martins de Santana, Diretor**, em 22/02/2017, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demis Carlos Ribeiro Menezes, Servidor**, em 22/02/2017, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Octaviano Sidnei Furtado, Diretor-geral**, em 23/02/2017, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Nairton do Nascimento, Presidente**, em 06/03/2017, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Feitoza Amaral, Diretor Substituto**, em 15/03/2017, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Servidora**, em 15/03/2017, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0012935** e o código CRC **3E0CA167**.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08 - Plano Diretor Sul
CEP 77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.iftto.edu.br - reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 0103547.00001947/2017-85

SEI nº 0012935